

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.171, DE 2023

Dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

EMENDA Nº

Acresça-se parágrafo no art. 10 da Medida Provisória nº 1.171, de 2023:

“Art. 10

§ XX Não é tributável a variação cambial incorrida entre a data de aquisição de ativos adquiridos com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira e a data prevista no caput, com base na cotação de fechamento da moeda estrangeira divulgada, para venda, pelo Banco Central do Brasil.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Um ponto de preocupação do texto da Medida Provisória nº 1.171, de 2023 diz respeito à atualização de bens no exterior. No caso, a MP não preserva a não incidência sobre a variação cambial em bens adquiridos com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira. A atualização dos bens no exterior deve preservar a isenção em relação à parcela da atualização referente à variação cambial de tais ativos adquiridos com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira. A



inexistência de previsão nesse sentido incentiva a liquidação de investimentos ainda em 2023 e esvazia a proposta de atualização do valor dos bens trazida pela MP.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA

